

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.975 - MG (2019/0302587-0)

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**

**RECORRENTE : JULIANA DA SILVEIRA DELOGO (PRESO)**

**ADVOGADOS : TULIO RESENDE SILVA SANTOS - MG124891**

**RAFAEL BERNARDES DE MENEZES SOARES -  
MG149946**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por JULIANA DA SILVEIRA DELOGO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (HC n. 1.0000.19.079233-3/000).

Consta dos autos que a recorrente foi presa preventivamente, em 18/12/2018, pela suposta prática dos delitos previstos nos artigos 33, 35 e 36 c/c o art. 40, inciso V, todos da Lei 11.343/06, e no art. 2º, caput, da Lei 12.850/2013 Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 103)

*HABEAS CORPUS – EXCESSO DE PRAZO – RAZOABILIDADE – DIVERSOS CRIMES DE NOTÓRIA GRAVIDADE – PLURALIDADE DE RÉUS ASSISTIDOS POR ADVOGADOS DISTINTOS – NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS PARA VÁRIAS COMARCAS – DILAÇÃO JUSTIFICADA – AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL – ORDEM DENEGADA. 1. O prazo legal para a conclusão de processo de réu preso não pode ser resultado da simples somatória dos lapsos para a realização de todos os atos previstos na lei, mas deve se adequar à complexidade da causa, caracterizada pela quantidade e gravidade dos crimes apurados, pluralidade de réus, diversidade de advogados e necessidade de expedição de cartas precatórias. 2. Denegado o habeas corpus. VV. Constatado que a paciente se encontra presa há quase trezentos dias sem que sequer tenha sido recebida a denúncia, e não havendo contribuição defensiva para a ocorrência do excesso de prazo suscitado, resta configurado o constrangimento ilegal sanável via habeas corpus.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

No presente *writ*, a defesa aponta excesso de prazo na formação da culpa da recorrente, tendo em vista que sua prisão preventiva perdura por mais de 300 dias, *sem que a denúncia sequer tenha sido recebida* (e-STJ fl. 124).

Sustenta, ainda, que durante o julgamento do *habeas corpus* atacado, inicialmente, houve voto favorável proferido pelo relator, o qual teria sido acompanhado pelo 2º vogal. Contudo, após pedido de vista pelo 1º vogal, o 2º vogal alterou seu voto. Desse modo, *a defesa entende que o direito foi adquirido, porém foi alterado pelo 2º vogal que não possuía o direito de vista e que mudou o voto de forma arbitrária, pois nem acesso ao autos após a 1ª sessão lhe foi concedido* (e-STJ fl. 125/126).

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem com a respectiva expedição de alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

# Superior Tribunal de Justiça

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

[...]. *O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado.* (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).

Quanto a mudança de entendimento de um dos desembargadores da 4ª Câmara Criminal, antes do término do julgamento do writ trazido à baila, não se vislumbra, *prima facie*, ilegalidade na alteração motivada do voto cogitado, notadamente diante da análise global das argumentações apresentadas.

Desse modo, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a razoabilidade da medida cautelar imposta, bem como eventual excesso prazal. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

